

14	Itupiranga	cadastro de reserva
15	Marabá	cadastro de reserva
16	Marituba	cadastro de reserva
17	Mosqueiro	cadastro de reserva
18	Parauapebas	cadastro de reserva
19	Santa Izabel do Pará	cadastro de reserva
20	Santa Maria do Pará	cadastro de reserva
21	Santarém	cadastro de reserva
22	Santo Antonio do Tauá	cadastro de reserva
23	São Caetano de Odivelas	cadastro de reserva
24	São Domingos do Araguaia	cadastro de reserva
25	São Miguel do Guamá	cadastro de reserva
26	São João do Araguaia	cadastro de reserva
27	Vigia	cadastro de reserva

ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO		
ITEM	CIDADES	VAGAS
01	Ananindeua	cadastro de reserva
02	Barcarena	cadastro de reserva
03	Belém	cadastro de reserva
04	Benevides	cadastro de reserva
05	Capanema	cadastro de reserva
06	Castanhal	cadastro de reserva
07	Icoaraci	cadastro de reserva
08	Marituba	cadastro de reserva
09	Santarém	cadastro de reserva

ÁREA DE CONHECIMENTO: ODONTOLOGIA		
ITEM	CIDADES	VAGAS
01	Belém	cadastro de reserva

ÁREA DE CONHECIMENTO: INFORMÁTICA		
ITEM	CIDADES	VAGAS
01	Belém	cadastro de reserva

4. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

4.1 A Comissão de Seleção será composta pelo Procurador Geral de Justiça que será seu presidente, pelo Subprocurador Geral de Justiça, Área Técnico-Administrativa, pelo Diretor Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, que executará a presente seleção, pela Diretora do Departamento de Recursos Humanos, pelo Diretor do Departamento de Informática e pelo chefe da Atividade de Licitações e Contratos do Ministério Público do Estado do Pará.

5. DA FASE

5.1 O processo seletivo se desenvolverá em uma única fase, conforme especificado a seguir:

- a - inscrição;
- b - prova objetiva de múltipla escolha.

6. DA INSCRIÇÃO

6.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

6.2 A inscrição será realizada de 19 de junho a 29 de junho deste ano, somente por meio de formulário disponível (on line), no portal do Ministério Público do Estado do Pará (www.mp.pa.gov.br)

ANEXO I

6.3 O MP/PA não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou de outros fatores de ordem técnica, que venham impossibilitar a transferência dos dados, ou ainda por falhas de impressão dos documentos.

6.4 No ato da inscrição o candidato fará a opção por uma das cidades para qual irá concorrer, realizando a prova no pólo administrativo correspondente, obedecida a observação constante no item 7.2 do presente Edital, parte final.

6.5 O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar no CEAF ou na Coordenação do Pólo, em até 2 (dois) dias úteis após o encerramento das inscrições, laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a sua provável causa, acompanhado de cópia do formulário de inscrição preliminar e

relatório com indicação das condições especiais de que necessita para realização da prova (ANEXO III), sob pena de não as ter a sua disposição na data designada.

6.6 Encerrado o prazo da inscrição, será divulgada no site do MP/PA, a relação dos candidatos inscritos.

7. DA PROVA OBJETIVA

7.1 Na prova objetiva, que terá caráter eliminatório e classificatório, serão avaliados os conhecimentos gerais e específicos de Direito, Administração, Odontologia e Informática, de acordo com o programa previsto no ANEXO II.

7.2 A prova objetiva terá a duração de no máximo 3 (três) horas, das 14h00 às 17h00 (horário de Brasília), e será aplicada nas respectivas sedes de comarcas onde estejam localizados os pólos administrativos do Ministério Público, salvo a seleção destinada à Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia, que será realizada no município sede desta promotoria.

7.3 A prova objetiva será composta de 30 (trinta) questões de múltipla escolha (com 4 alternativas de resposta), todas com o mesmo peso, que abordarão as seguintes disciplinas:

ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO

Disciplinas	Nº de Questões		
Língua Portuguesa	6	Conhecimentos gerais	12
Legislação do Ministério Público	6		
Direito Constitucional	6	Conhecimentos Específicos	18
Direito Civil e Processual Civil	6		
Direito Penal e Processual Penal	6		
		Total	30

ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

Disciplinas	Nº de Questões		
Língua Portuguesa	6	Conhecimentos Gerais	12
Legislação do Ministério Público	6		
Noções de Administração Geral e Pública	18	Conhecimentos Específicos	18
		Total	30

ÁREA DE CONHECIMENTO: ODONTOLOGIA

Disciplinas	Nº de Questões		
Língua Portuguesa	6	Conhecimentos Gerais	12
Legislação do Ministério Público	6		
Clínica Odontológica Infantil e Adulto	18	Conhecimentos Específicos	18
Biossegurança em Odontologia			
Diagnóstico Bucal			
Código de Ética em Odontologia			
		Total	30

ÁREA DE CONHECIMENTO: INFORMÁTICA

Disciplinas	Nº de Questões		
Língua Portuguesa	6	Conhecimentos Gerais	12
Legislação do Ministério Público	6		
Noções de Sistemas Operacionais	18	Conhecimentos Específicos	18
Noções de Estrutura de Dados			
Noções de Programação			
Noções de Redes de Computadores			
		Total	30

8 DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA

8.1 A prova objetiva será aplicada na data de 5 de agosto, das 14h00 às 17h00 (horário de Brasília), na sede dos pólos administrativos correspondentes a comarca eleita pelo candidato,

obedecida a disposição constante no item 7.2, parte final.

8.2 O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de trinta minutos do horário fixado para seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, documento de identificação e comprovante de inscrição. Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver munido do original (em perfeitas condições) da Cédula Oficial de Identidade ou de carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe com foto, que tenha força de documento de identificação.

8.3 Durante a realização da prova não será permitida a consulta a qualquer material didático, livro, código, etc, a comunicação entre os candidatos, a utilização de aparelhos receptores de mensagens, nem a consulta a qualquer tipo de material (livros, anotações, etc.). Também não será permitido se afastar da sala de prova, salvo com prévia autorização e acompanhamento de auxiliar de administração do corpo de seleção.

8.4 Somente serão permitidas marcações na Folha de Respostas feitas pelo próprio candidato, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros, exceto no caso de portadores de necessidades especiais.

8.5 Questões não respondidas, com duas ou mais alternativas assinaladas, ou rasuradas, serão desconsideradas.

8.6 Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala a Folha de Respostas e somente poderá levar o Caderno de Questões após duas horas do início da prova.

9 DA CLASSIFICAÇÃO NA PROVA OBJETIVA

9.1 Serão considerados classificados nessa etapa os candidatos que obtiverem 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova objetiva.

9.2 O empate na classificação final resolver-se-á favoravelmente ao candidato que obtiver maior número de acertos na disciplina Legislação do Ministério Público.

9.2.1 Persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato que tenha obtido o maior número de pontos na soma das provas de conhecimentos específicos;

9.2.2 Subsistindo, ainda, o empate, o desempate beneficiará o candidato de maior idade.

9.3 A Comissão do Processo Seletivo divulgará a lista dos candidatos classificados no site da Instituição, www.mp.pa.gov.br e no Diário Oficial do Estado.

10 DA CONVOCAÇÃO

10.1 Para ser vinculado no presente estágio do Ministério Público, o candidato aprovado e classificado será convocado por e-mail, sendo de sua inteira responsabilidade a atualização de seu endereço eletrônico, devendo comparecer perante o Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Desenvolvimento de Pessoal do Ministério Público do Estado de Pará, munido dos seguintes documentos:

- a) curriculum vitae;
- b) cópia autenticada da Carteira de Identidade;
- c) cópia autenticada do Certificado de Pessoa Física (CPF);
- d) cópia autenticada do Título de Eleitor (com o comprovante da última votação);
- e) cópia autenticada da Carteira de Reservista (para candidatos do sexo masculino);
- f) 02 (duas) fotos 3x4 recentes e adequadas para documentos oficiais;
- g) cópia de comprovante de residência atualizado;
- h) declaração da instituição de ensino contendo o ano ou período em que está matriculado no 1º semestre letivo de 2012 nos cursos de bacharelado em Direito, Administração, Odontologia e Informática (Ciência da Computação e Engenharia da Computação), conforme sua opção;
- i) histórico escolar original com indicação das notas obtidas nas disciplinas já cursadas;
- j) atestado médico comprovando aptidão clínica para a realização do estágio;
- k) encaminhamento para o estágio fornecido pela instituição de ensino ao qual esteja regularmente matriculado;
- l) declaração firmada pelo candidato aprovado de inexistência de antecedentes criminais.
- m) se, por meio de procurador, instrumento de mandato público ou particular (firma reconhecida) com poderes especiais expressos.

10.2 O candidato que não apresentar a documentação exigida para a vinculação no prazo estabelecido, será eliminado do certame.

10.3 Não serão aceitas inscrições de acadêmicos cursando o último semestre dos cursos objeto da presente seleção no 2º semestre letivo de 2012.

10.4 Será eliminado do processo seletivo o convocado que:

- a) não for localizado em decorrência de e-mail desatualizado, incompleto ou incorreto.
- b) se recusar a iniciar o estágio na data, local e demais condições estipuladas pelo Ministério Público Estadual.

10.5 O candidato que desistir formalmente do estágio, será